

O ESTADO DE S. PAULO TJ-SP inocenta 41 e centrará foco em 17 MAI 2012 5 desembargadores

Os juízes da 'turma do milhão', como ficaram conhecidos, pagaram a si próprios R\$ 4,02 milhões entre 2008 e 2010

Fausto Macedo

A cúpula do Tribunal de Justiça de São Paulo isolou ontem definitivamente os cinco desembargadores que são alvo de investigação por suposta violação aos princípios da isonomia e moralidade porque pagaram a si próprios R\$ 4,02 milhões entre 2008 e 2010.

Ao inocentar outros 41 magistrados, que também receberam antecipadamente valores individuais acima de R\$ 100 mil e até R\$ 430 mil naquele período, os desembargadores do Órgão Especial da corte deixaram evidente a disposição de levar às últimas consequências a investigação sobre os contracheques milionários embolsados apenas pela 'turma do milhão', como ficou conhecido o grupo dos cinco.

Uma ala do colegiado vai propor a suspensão dos poderes jurisdicionais de três desses desembargadores ainda na ativa - Alceu Penteado Navarro, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que recebeu R\$ 640,3 mil a título de férias e licenças-prêmio acumuladas; Fábio Gouvêa (R\$ 713 mil) e Vianna Cotrim (R\$ 620 mil).

Mas a medida, se aprovada, não poderá alcançar os que chegaram ao topo dos holerites mais alentados - os ex-presidentes do TJ, Roberto Antonio Valim Bellocchi, que recebeu R\$ 1,44 milhão e se aposentou, e Vianna Santos, que recebeu R\$ 1,26 milhão e morreu em janeiro de 2011, vítima de enfarte agudo do miocárdio.

A apuração relativa à "turma do milhão" está em curso, na fase de apresentação de defesa. Na-

varro sustenta que precisou do dinheiro para cobrir despesas com tratamento médico de familiares. Apresentou recibos e outros documentos. Na semana passada, ele ganhou apoio de 23 advogados que atuam na corte eleitoral e defendem sua permanência no cargo. Gouvêa disse que usou a verba para reformar um apartamento.

O Órgão Especial reúne 25 desembargadores, 12 eleitos, 12 mais antigos e o presidente da corte, Ivan Sartori. Eles cravaram que os 41 magistrados - que, juntos, receberam R\$ 7,03 milhões - não cometeram infração disciplinar, nem ato de improbidade. O argumento central é o de que ninguém do grupo tinha poder para liberar valores, ao contrário de Navarro, Gouvêa, Cotrim, Bellocchi e Vianna Santos.

Equilíbrio. "Não existe acusação nenhuma (*contra os 41*), nunca houve, haja vista que não eram ordenadores de despesa e, em tese, se limitaram a receber verbas em atraso que lhes eram devidas, alguns até sem saber que estavam sendo pagos com exclusividade", anotou Sartori.

Segundo ele, o que existe "é um procedimento apenas para se restaurar o equilíbrio e a isonomia diante de pagamentos que criaram distorções por ausência de critérios".

Uma medida que deverá ser adotada com relação aos 41 é o corte de até 50% sobre o valor do saldo remanescente de crédito a que eles ainda têm direito - esse dinheiro, cerca de R\$ 14 mil, é depositado mensalmente na conta dos desembargadores, além dos vencimentos. Sartori havia proposto inicialmente bloqueio equivalente a 100% do crédito, mas foi vencido.

Poderá ser usada como justificativa para recebimento antecipado de valores excepcionais despesa com tratamento de doenças graves - além de casos de cirurgia plástica reparadora e serviço odontológico, "dependendo da gravidade do caso". "Tem que apresentar prova (*dos gastos*)", avisou Sartori. "Estamos tentando restaurar a isonomia, mas o Órgão Especial tinha que declinar os parâmetros."

Sartori anunciou que o TJ está preparando uma resolução com critérios e exceções para pagamentos antecipados a juízes e desembargadores. Ele explicou que a norma vai deixar expresso em que casos e situações o dinheiro da corte poderá ser liberado à toga.

O presidente disse que vai apresentar um novo voto, no caso dos 41, "mais objetivo, analisando caso a caso". No voto que ontem apresentou a seus pares, fazia ressalvas. "É imperioso verificar se havia justa causa para essas antecipações excepcionais e se elas importaram ou não em violação aos princípios constitucionais da isonomia, moralidade e impessoalidade".

e Justificativa

IVAN SARTORI PRESIDENTE DO TJ-SP

"Não há acusação (*contra os 41*); não eram ordenadores de despesa e se limitaram a receber verbas que lhes eram devidas"

O ESTADO DE S. PAULO
CONTINUAÇÃO 17 MAI 2012

Vianna Santos adquiriu apartamento de luxo

O desembargador Vianna Santos, ex-presidente do TJ de São Paulo, empregou mais de 70% da bolada que mandou pagar a si mesmo na compra de um luxuoso apartamento da Rua José Maria Lisboa, nos Jardins. Vianna recebeu R\$ 1,26 milhão, a maior parte, R\$ 914 mil, em 2010 - quando era o mandatário máximo da Corte. Ele comprou o imóvel por R\$ 1,4 milhão, à vista, em maio daquele ano.

A aquisição do apartamento de 320 metros quadrados é alvo de investigação da Procuradoria-Geral de Justiça, que rastreia o patrimônio de Vianna. A procuradoria suspeita da origem do R\$ 1,4 milhão com o qual o desembargador quitou o negócio. Ele morreu em janeiro de 2011.

A informação sobre o destino dos recursos depositados na conta de Vianna consta de manifestação da viúva, Maria Luiza, nos autos de investigação que o TJ realiza sobre pagamentos milionários. "Se é certo que houve pedido de antecipação de créditos represados, sem expressa justificativa, em 2010, também o é que, com tal valor, agregado ao resultado da venda de um apartamento que o desembargador tinha na Bela Cintra, adquiriu-se o apartamento do Edifício Marc Chagall, local que se tornaria residência do casal, hoje objeto dos bens a inventariar", assevera o advogado Edson Sampaio, defensor dos interesses de Maria Luiza.

Vianna requereu oito vezes por escrito à Comissão de Orçamento satisfação antecipada de créditos em atraso a "título de indenização". No último pedido, de 12 de janeiro de 2010, o desembargador reivindicou 90 dias de licença-prêmio "sem retenção da parcela do imposto de renda na fonte". Planilha da Diretoria da Folha de Pagamento da Magistratura destaca que Vianna recebeu os R\$ 914 mil "por ordem do próprio".

O ESTADO DE S. PAULO

Em SP, desinformação e entrave técnico

Nos principais órgãos da capital, reportagem fez pedidos para avaliar facilidades e dificuldades que o cidadão enfrentou no primeiro dia



Vai-vem. Na sede do TJ-SP, repórter foi encaminhado para várias salas, última a 4 quilômetros

No Estado e na cidade de São Paulo, o início da vigência da Lei de Acesso à Informação caracterizou-se pela desinformação de atendentes dos órgãos públicos nos balcões, por entraves técnicos nos sites de governo e até pela impossibilidade do registro do pedido de informação.

A reportagem do Estadão, sem se apresentar como tal, foi até alguns órgãos públicos e também tentou fazer pedidos via telefone ou pela internet para avaliar facilidades e dificuldades que o cidadão enfrentou no primeiro dia da lei.

Na sede do Tribunal de Justiça, o repórter foi encaminhado para uma sala do prédio, onde o funcionário leu o pedido e o encaminhou a outra sala, onde ocorreu exatamente o mesmo. A reportagem do Estadão foi, então, aconselhada a ir a um terceiro departamento, fora do Palácio da Justiça. Mais uma vez, a funcionária disse que o recebimento de solicitações não era da competência do setor e sugeriu outra ala, localizada a 4 quilômetros.

A reportagem decidiu, então, fazer o pedido via internet. Na página do TJ, o serviço de infor-

mações aparece com destaque, o formulário a ser preenchido é simples.

No prédio do Ministério da Fazenda em São Paulo, sede de diversos órgãos federais, os funcionários da portaria não souberam indicar se havia algum departamento para atender aos cidadãos interessados em protocolar pedidos de informação. O repórter foi orientado a procurar a sala de triagem de uma área de atendimento da Receita Federal, e de lá foi encaminhado para outro setor, onde o funcionário apenas esclareceu que o órgão não dá informações ao público, já que trabalha com dados cobertos pelo sigilo fiscal.

O Estadão também foi até a Prefeitura de São Paulo para solicitar uma informação ao gabinete do prefeito. A atendente desconhecia a lei, mas, pelo teor do pedido, encaminhou o repórter ao serviço de protocolo.

A responsável pelo setor informou que precisava de uma cópia do original para poder fazer a certificação do recebimento, e que, ainda assim, não teria como fornecer nenhum número de protocolo porque o setor estava "atolado de serviço". Disse ainda ao repórter que ligasse no dia seguinte

para receber esse número.

Pouco visível, a parte do site da prefeitura onde o cidadão pode requerer informações permite apenas mensagens de até 500 caracteres, o equivalente a pouco mais de três tweets, e, diferentemente do sistema do governo federal, não permite o envio de documentos anexos.

Problemas semelhantes tem o site do governo estadual, que não disponibilizou nenhum canal novo para registro de pedidos além do já existente "Fale Conosco".

No Palácio dos Bandeirantes, o Estadão passou por dois departamentos: o primeiro direcionou a reportagem ao setor de protocolos, onde o pedido foi recebido pelo governo, embora sem ter dado prazos de quando a informação seria liberada.

A tentativa de pedido de informações na Secretaria do Patrimônio da União, vinculada ao Ministério do Planejamento, foi frustrada: o atendimento só funciona até as 13h. Durante a tarde, as linhas telefônicas davam sempre sinal de ocupado.

Na Câmara Municipal o repórter foi levado à ouvidoria, que registrou o pedido. O processo durou 20 minutos e foi bem sucedido. O repórter, porém, teve de convencer a atendente a lhe dar um documento que comprovasse que o pedido foi entregue.

17 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Universitária acusada de racismo em 2010 é condenada em SP

Jovem postou no Twitter mensagem hostil aos nordestinos depois da vitória de Dilma na eleição presidencial

A estudante universitária Mayara Petruso, que postou mensagem preconceituosa contra nordestinos no Twitter, em 2010, foi condenada a 1 ano, 5 meses e 15 dias de reclusão. A pena foi convertida em pagamento de multa de R\$ 500 e prestação de serviços comunitários.

A acusada confessou ter publicado a mensagem depois de saber que José Serra, candidato de sua preferência na eleição presidencial, perdeu para Dilma Rousseff por causa da expressiva votação dos nordestinos. O texto publicado no microblog sugeria: "Nordestino não é gente. Faça um favor a São Paulo: mate um nordestino afogado".

A juíza federal Mônica Aparecida Bonavina Camargo, da 9.ª Vara Federal Criminal em São Paulo, entendeu que Mayara já sofreu parte da punição por causa do constrangimento moral de ser obrigada a deixar a faculda-

de, a permanecer reclusa em casa por seis meses com medo de sair à rua e, por fim, ter mudado de cidade por temer represálias, "situações extremamente difíceis e graves para uma jovem", nas palavras da juíza. Por isso, Mônica preferiu fixar a pena-base abaixo do mínimo legal para crimes de racismo, que seria de dois a cinco anos.

Mayara argumentou que não tinha intenção de ofender e não esperava que a postagem tivesse tanta repercussão. Afirmou não se considerar uma pessoa preconceituosa.

A defesa tentou argumentar que a universitária apenas manifestava uma posição política.

A juíza discordou: "As frases da acusada vão além do que seria politicamente incorreto, recordando-se que o 'politicamente correto' geralmente é mencionado no que toca ao humor, hipótese de que não se cuida nesta ação penal".

A sentença foi proferida em primeira instância. Portanto, cabe recurso da universitária.

A reportagem não conseguiu confirmar com a defesa da acusada qual será a conduta depois da decisão da juíza.

MPE denuncia Thor por homicídio culposo

Thor Batista, de 20 anos; filho do empresário Elke Batista, foi denunciado ontem pelo Ministério Público Estadual (MPE) à Justiça por homicídio culposo (sem intenção de matar). Em 17 de março, o filho de Elke atropelou e matou o ciclista Wanderson Pereira dos Santos, de 30 anos, na Rodovia Washington Luís, na Baixada Fluminense. Caso seja condenado, Thor pode receber pena de 2 a 4 anos de prisão.

135 km/h
ERA A VELOCIDADE DO MERCEDES DE THOR

SPTrans tem de indenizar deficiente

A Justiça condenou a São Paulo Transportes (SPTrans) a indenizar um passageiro, deficiente físico com direito a andar gratuitamente de ônibus, por não prestar o benefício durante dois meses. Usuário do Atende, ele pediu autorização para alterar horários de viagem, mas só foi atendido 60 dias depois. Nesse intervalo, além de pagar passagem, enfrentou diversas dificuldades para chegar à faculdade.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Precatórios são

uma das portas

para corrupção

na Justiça

17 MAI 2012

Corregedoria deu início a um programa de auxílio às Cortes na organização no setor de precatórios

As investigações de irregularidade envolvendo o pagamento de precatórios foi um dos principais temas do discurso da corregedora nacional de Justiça, ministra Eliane Calmon, em evento em Rio Branco (AC) na última segunda-feira (14/5). "Estamos preocupados com algumas portas que podem levar à corrupção no Judiciário, como a distribuição, os precatórios e os contratos de serviços de informática, pontos vulneráveis que a Corregedoria Nacional tem atacado por meio das inspeções", disse.

Calmon destacou o caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, onde as irregularidades e desvios no setor de precatórios foram denunciadas pelos próprios juízes e apuradas pela presidência do TJ-RN com o auxílio da Corregedoria Nacional de Justiça, resultando no afastamento de dois desembargadores pelo Superior Tribunal de Justiça.

"Foi a própria Justiça que tomou as providências necessárias para apurar o desfalque de milhões no Tribunal", afirmou. A Reclamação Disciplinar aberta na Corregedoria para apurar os fatos será apreciada pelo Plenário do CNJ no dia 21 de maio. Desde o início de 2010, a Corregedoria Nacional deu início a um programa de auxílio às Cortes na organização no setor de precatórios, após verificar irregularidades em alguns estados e a dificuldade dos tribunais em cumprir a Emenda Constitucional 62, que conferiu ao Judiciário a gestão do pagamento dessas dívidas do Poder Público. O trabalho já passou por sete estados brasileiros, entre eles o Rio Grande do Norte, e está em andamento em outros quatro.

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR



Ministra Eliane Calmon destacou o caso do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, onde as irregularidades e desvios no setor de precatórios foram denunciadas pelos próprios juízes e apuradas pela presidência do TJ-RN com o auxílio da Corregedoria Nacional de Justiça

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça terá de suprir carências da Lei de Acesso

17 MAI 2012

Entro vigor ontem, a Lei de Acesso à Informação Pública vai mudar a gestão pública, os governos e até a forma com que as empresas vão se relacionar com a Administração. Apesar de conter uma série de artigos detalhando o que é e o que não é sigiloso, a norma ainda gera divergência sobre quais serão seus limites e impactos sobre a sociedade. Em seminário organizado pelo Núcleo de Estudos Fiscais da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, a Direito GV, na última terça-feira (15/5), especialistas debateram a questão.

Para o professor Eurico de Santi, coordenador do Núcleo de Estudos Fiscais, o divisor de águas será inevitavelmente o Direito. "A jurisprudência deve discutir caso a caso", afirma.

A questão deverá ser debatida por muito tempo, avalia o também professor da FGV Nelson Machado, para definir o quanto a lei vai permitir "mexer com dados privados".

Boa parte das "brigas" vai parar no Supremo Tribunal Federal, avalia o diretor adjunto da secretaria da Fazenda do estado de São Paulo, Sidney Sanchez. Segundo ele, os dados sobre os quais o sigilo deverá ser mantido serão definidos pelos juizes. Sanchez foi um dos poucos que fez alertas para os riscos da lei. "A empresa vai querer que o Estado dê garantias de que as informações dadas ao governo não sejam compartilhadas com a sociedade".

O empresariado, por sua vez, parece otimista com a Lei do Acesso. Francisco Bernardes Costa Filho, gerente da multinacional Procter & Gamble, espera que a lei traga maior segurança jurídica às empresas, tornando as ações governamentais mais previsíveis.

17 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA
PAGAMENTO DE PROPINA

Justiça afasta Roberto Coutinho da Sercomtel

Juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina determinou ainda a quebra dos sigilos bancário e telefônico do presidente da operadora londrinense, denunciado esta semana no suposto esquema de compra de apoio na Câmara para o prefeito Barbosa Neto. Funcionária de carreira, a jornalista Eloiza Pinheiro responderá interinamente pela empresa.

17 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

Juiz tira Coutinho do comando da Sercomtel

Afastamento foi determinado a pedido do MP, que já havia denunciado presidente da telefônica por corrupção ativa

Edson Ferreira
Reportagem Local

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Katsujo Nakadomari, afastou Roberto Coutinho Mendes da presidência da Sercomtel e da presidência do diretório municipal do PDT - ele passou a ocupar a vice-presidência no dia 5 de maio, portanto, depois do início das investigações. Apesar de indeferir o pedido de prisão preventiva, apresentado pelo Ministério Público (MP), o magistrado aceitou a "hipótese da conveniência da Instrução criminal pelo fato de Roberto Coutinho Mendes poder se valer dos cargos que ocupa para influir na Instrução, como já vem fazendo" e decretou o afastamento por tempo indeterminado. O juiz também deferiu o pedido de quebra de sigilos bancário e telefônico dos réus, desde janeiro de 2011.

No processo, o MP aponta três ocorrências que demonstram o "uso da máquina pública" durante as investigações e que teriam atrapalhado o procedimento instaurado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do MP. Conforme o MP, Coutinho, durante depoimento, esteve acompanhado do advogado da Sercomtel, João Pignataro Neto, servidor de carreira. O MP apontou, ainda, o "uso do site da Sercomtel para publicação de nota oficial que não passa de defesa pessoal". E, por fim, relatam os promoto-

Entidades discutirão 'crise' na administração

Lorlane Comeli
Reportagem Local

A Subseção de Londrina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pretende reunir hoje representantes de diversas entidades da cidade para discutir as denúncias contra a administração municipal. A coordenadora da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Caroline Thon, disse que além dos fatos recentes envolvendo tentativa de compra de votos de vereadores, a intenção é abordar outras denúncias. "Há muitas de-

núncias, como o próprio caso da Centronic", disse, referindo-se às investigações de Comissão Processante instalada na Câmara de Vereadores.

"Queremos saber de que forma as entidades vão se posicionar sobre elas e discutir como isso afeta as políticas públicas", explicou a advogada. Ela acredita que, em última análise, os mais prejudicados são as pessoas que precisam dos serviços públicos. A reunião será às 18h30 de hoje, na sede da OAB, que fica na Rua Professor João Cândido, 344.

res que assinam a ação, a demora nas interceptações telefônicas.

Foram pedidas 22 interceptações telefônicas, que deveriam ser executadas pelas operadoras entre os dias 21 de abril e 6 de maio. Com exceção da Sercomtel, as demais operadoras (Vivo, Oi e Tim) cumpriram a determinação, ao passo que a operadora londrinense iniciou o procedimento somente no dia 26 de abril (em oito telefones fixos e oito celulares), ou seja, dois dias depois das prisões em flagrante do ex-secre-

Despacho determina ainda a quebra dos sigilos bancário e telefônico

tário de Governo Marco Cito e do empresário Ludovico Bonato. Acrescenta o MP que apenas em 3 de maio houve o encaminhamento das gravações para o sistema de captação do Gaeco. A interceptação implantada pela Sercomtel ficou com prazo inferior ao legal, "terminando em 5 de maio".

Em razão das irregularidades, foram convocados para prestar esclarecimentos, ainda durante o inquérito, o diretor de engenharia da Sercomtel, Hans Jørgen Müller, e o gestor de gerenciamento de redes, Maurício Rober-

to Borges. Na saída do Gaeco, eles alegaram terem prestado apenas esclarecimentos técnicos.

Coutinho Mendes foi procurado para comentar a decisão da Justiça, mas não quis dar nenhuma declaração. Ontem, antes do afastamento, ele havia procurado a FOLHA, através da assessoria de imprensa da Sercomtel, para reafirmar que os R\$ 5 mil que sacou da conta pessoal, no dia das prisões em flagrante (Cito e Bonato) foram emprestados para que o diretor de Participações da empresa, Alysson Tobias de Carvalho, fizesse uma viagem a Curitiba até ao Tribunal Regional Eleitoral e à sede do PDT. Coutinho afirmava que a nota enviada às redações na terça-feira tinha a intenção de esclarecer que a viagem não tinha ligação com eventual venda da coligada Adatel, conforme divulgado pela defesa de um dos acusados. Conforme a denúncia criminal, o dinheiro retirado por Coutinho teria sido repassado a Alysson para o pagamento de propina para o vereador Amauri Cardoso (PSDB), que acabou denunciando o suposto esquema.

Além de Coutinho Mendes, Cito, Alysson e Bonato, são réus na ação o vereador afastado Eloi Valença (PHS) e o chefe de Gabinete da prefeitura, Rogério Lopes Ortega. Continuam detidos na Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2) Ortega (desde o dia 1º de maio), Cito e Bonato (ambos desde o dia 24 de abril).

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

17 MAI 2012

Brasilândia do Sul

O Ministério Público (MP) do Paraná entrou com uma ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o prefeito de Brasilândia do Sul (Noroeste), José Aparecido Mandotti, quatro advogados e um escritório de advocacia da cidade. O MP contesta o processo de licitação para a contratação dos serviços de um escritório de advocacia. O MP sustenta que tais serviços deveriam ser prestados por servidores e não por um escritório privado. O MP pede à Justiça a devolução do valor gasto com a contratação dos advogados, montante que ainda precisa ser apurado.

MAZZA

Teoria e prática

A ministra Carmen Lúcia, presidente do TSE, defendeu uma tese que só na aparência é óbvia: a máxima liberdade na campanha eleitoral. Aliás no Brasil, e Requilão estava entre eles, havia adeptos da inexistência de qualquer legislação no processo. Poucos na história paranaense se valeram de estratégias excusos tanto quanto ele para vencer eleições, sendo o paradigma o caso Ferreirinha em que jamais se chegou a julgamento final porque vários foráms incidentes que acabou beneficiado pela perda de objeto e exercido o mandato impugnado pelo TRE por unanimidade.

A tese da ministra é desejável, mas nas condições civilizatórias, que afinal ostentamos, inviável. Mais um caso de distância entre desejável e possível, teoria e prática.

Voto vencido no uso do "twitter" antes do período eleitoral, ela estará entre os que desejam a plena participação da internet no processo.

MAZZA

Indenização

O grupo do Cachoeira, no caso da Loterg (loteria gaúcha), entrou com ação na Justiça pedindo indenização e lucros cessantes. A Larami, da mesma lala por aqui, também pretendia levar algum.

17 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

MPF vai investigar contratos de merenda em 36 cidades do Norte

O Ministério Público Federal (MPF) vai investigar o fornecimento de merenda escolar em 36 municípios da região Norte do Paraná, incluindo Londrina. A instauração dos inquéritos - um para cada município - foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) ontem, pelo procurador de Justiça João Akira Omoto. O objetivo é apurar supostas irregularidades na preparação, conservação e distribuição dos alimentos nos estabelecimentos de ensino.

Segundo informações da assessoria de imprensa, estão na mira do MPF os municípios de Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Congonhinhas, Cornélio Procopio, Figueira, Florestópolis, Guaraci, Ibiporá, Jaguapitã, Jataizinho, Leopólis, Londrina, Miraselva, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Rolândia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santo Antonio do Paraíso, Sapopema, Sertaneja, Sertanópolis, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira, Tamarana, Uraí.

Nas portarias publicadas no DOU, o procurador cita que "a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, (...) devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população". João Akira também evoca reportagem veiculada no programa Fantástico, da Rede Globo, no qual foram relatadas falhas na aquisição e distribuição da merenda em diversas cidades brasileiras. Os inquéritos têm um ano para serem finalizados. O procurador estava em viagem e não foi localizado pela reportagem.

17 MAI 2012
GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA Caiu a PEC dos desembargadores

O presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB, foto), decidiu retirar a PEC que previa mudanças na forma de eleição da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). A intenção era permitir que qualquer um dos 120 desembargadores concorresse aos cinco cargos, mas, diante da manifestação contrária de alguns juristas, Rossoni acordou com os magistrados a retirada da proposta. Nos próximos dias, o tucano deve apresentar uma nova PEC para corrigir a inconstitucionalidade da primeira. Essa segunda proposta vai suprimir o trecho da Constituição Estadual que restringe aos 25 integrantes do Órgão Especial do TJ a possibilidade de concorrer à cúpula diretiva.



Senador Rossoni em Valdeyr

17 MAI 2012

GAZETA DO POVO

Cumprindo o seu papel

A cruzada pelo resgate da ética depende de toda a sociedade. Para tanto, estimular pela educação o desenvolvimento de um processo de valorização da cidadania é um passo significativo

Merece menção o trabalho que vem desenvolvendo o Ministério Público nas investigações para responsabilizar os envolvidos nos desmandos cometidos na Assembleia do Paraná. Com a série de reportagens dos "Diários Secretos" da Gazeta do Povo e RPCTV, foi revelado em detalhes como funcionou durante anos um bem azeitado esquema de corrupção intramuros no Legislativo estadual. Contando com o conluio de deputados, diretores e funcionários, foi possível o desvio de milhões de reais do orçamento da Casa, notadamente através da contratação de servidores fantasmas.

Em resposta aos escândalos que foram tornados públicos, o MP paranaense já pediu à Justiça o bloqueio de R\$ 1,2 bilhão em bens de deputados e ex-diretores. Indisponibilidade que se justifica como uma garantia de que os recursos suntuários possam vir a ser restituídos aos cofres públicos. Em quatro ações de improbidade administrativa, os promotores também requereram judicialmente a devolução pelos implicados de cerca de R\$ 100 milhões. Pelos atos indevidos foram responsabilizados o ex-presidente Nelson Justus, o ex-primeiro secretário Alexandre Curi e os ex-diretores Abib Miguel, José Ary Nassif e Cláudio Marques. Além do prosseguimento das investigações junto à AL, há expectativa em relação aos resultados dos trabalhos de investigação sobre a Câmara Municipal de Curitiba. Também na casa de leis da capital as evidências de farras com o dinheiro público são fortes, a ponto de decretar a queda do presidente João Claudio Derosso, enredado junto com outros vereadores em mal explicados contratos de divulgação com agências de publicidade.

Ainda que a palavra final seja do Judiciário, as medidas interpostas pelo Ministério Público mostram que o país dispõe de instrumentos eficazes para agir e coibir os desmandos perpetrados por maus gestores públicos. Lamentavelmente, a corrupção é um mal que se entranhou nos poderes públicos e combatê-la eficazmente vai exigir uma ampla mobilização nacional. Segundo estimativas da Federação das Indústrias de São Paulo, nos últimos dez anos foram desviados dos cofres públicos a soma de R\$ 720 bilhões. Em igual período, a Controladoria Geral da União (CGU) efetuou auditorias em 15 mil contratos do governo federal com estados, municípios e ONGs, constatando irregularidades em 80% deles.

Por tudo isso, a cruzada pelo resgate da ética depende não só do Ministério Público, mas de toda a sociedade. Para tanto, estimular pela educação o desenvolvimento de um processo de valorização da cidadania é um passo significativo.

Nesse particular, mais uma vez o MP deu parcela importante de contribuição. Exemplo está na campanha nacional "O que você tem a ver com a corrupção" lançada pela instituição em 2004, com o objetivo preciso de combater a impunidade através da educação e da conscientização dos cidadãos brasileiros. Os meios elencados para tornar possível alcançar esta meta podem até ser considerados óbvios, mas com frequência acabam sendo deixados de lado. Alguns deles: o incentivo à honestidade e à transparência nas atitudes dos cidadãos; o preparo da criança e do adolescente para o exercício da cidadania; o estímulo ao desenvolvimento e à construção de valores éticos e culturais e o resgate do sentido da cidadania para a valorização dos direitos civis e políticos.

17 MAI 2012

GAZETA DO POVO

MARCOS DA CUNHA E SOUZA

A violação da honra na internet

O caso das fotos da atriz Carolina Dieckmann, que vazaram na internet, continua repercutindo. Talvez porque, apesar dos intensos esforços da atriz para retirar as imagens do ar, o problema parece estar longe de ser resolvido.

Os advogados da atriz comemoraram o fato de o Google ter se decidido a tirar as fotos íntimas do resultado de suas buscas. Mas o site de buscas divulgou uma nota esclarecendo que, para resolver definitivamente o problema, é preciso entrar em contato com cada site que divulgar as imagens e solicitar a remoção. O drama da atriz poderia ser de qualquer um, pois a lei brasileira sobre o assunto está bastante defasada. Infelizmente, nossa legislação ainda não foi bem adaptada para esta nova fase tecnológica em que vivemos. Mas, ainda assim, algumas delas apresentam grande utilidade.

O Código Civil, por exemplo, dispõe que "a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais" (art.20). Já o Código Penal prevê a punição por calúnia, injúria e difamação, crimes muito comuns na internet. E o Código de Defesa do Consumidor também tem dispositivos sobre informações constantes em cadastros e bancos de dados. Estas normas, embora úteis, são insuficientes para os problemas enfrentados.

O Congresso Nacional tem alguns projetos de lei em andamento para regulamentar a internet e punir os crimes cibernéticos. Um deles é o projeto de lei n.º 2.126/2011, conhecido como "Marco Regulatório Civil da Internet". Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet. Entre os princípios, busca conciliar a garantia da liberdade de manifestação de pensamento, a proteção

da privacidade, proteção aos dados pessoais e responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades. A redação deste projeto tem se mostrado complexa e vem sofrendo críticas daqueles que temem que a regulamentação possa inibir a liberdade que sempre caracterizou a internet.

Do ponto de vista prático, as pessoas muitas vezes têm problemas para provar que tiveram a honra ou imagem violadas na internet, em função da rapidez com que o infrator pode apagar suas ações. Para atenuar este problema, é possível recorrer a um Tabelionato de Notas para que seja lavrada uma escritura de ata notarial, na qual o funcionário do cartório registrará aquilo que, naquele momento, mostra-se visível no site que hospeda a informação injuriosa. Esta escritura poderá ser utilizada em um futuro processo judicial, como prova contra o infrator. Em casos como o da atriz, as informações veiculadas na imprensa têm servido para nos alertar que o risco não está apenas na internet. Chegou-se a cogitar que as fotos teriam sido obtidas diretamente do computador da atriz.

Uma vez que a informação obtida ilegalmente se espalha pela internet, controlá-la é uma missão difícil. Os sites de buscas, assim como os de compartilhamento, relutam em excluir conteúdos sem ordem judicial. Assim, cabe à vítima obter alguma tutela liminar para suspender a exposição do conteúdo, enquanto a Justiça discute o dano, a autoria e as punições. O caminho a trilhar ainda é longo, mas fica a esperança de que no futuro a internet seja um ambiente capaz de conciliar a liberdade de expressão com normas que punam adequadamente as afrontas contra a privacidade.

Marcos da Cunha e Souza é professor de Direito da Propriedade Intelectual do Grupo Educacional Uninter.

GAZETA DO POVO

» DECISÃO JUDICIAL

17 MAI 2012

Mensalão faz presidente da Sercomtel ser afastado

■ O presidente da Sercomtel, Roberto Coutinho, foi afastado ontem do cargo por determinação judicial. Na segunda-feira, ele e outras cinco pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público Estadual por formação de quadrilha e corrupção ativa, num esquema de compra de votos dos vereadores de Londrina.

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), vinculado ao MP, pediu a prisão preventiva de Coutinho, alegando que em liberdade ele poderia prejudicar as investigações. Entretanto, o juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujo Nakadamori, entendeu que o afastamento do cargo era suficiente para garantir a apuração. O afastamento é por tempo indeterminado, até que a ação seja julgada.

A vice-presidente da Sercomtel, Heloísa Pinheiro, funcionária de carreira, assume a presidência interinamente. Ela foi indicada ao cargo pela Copel, sócia da empresa de telefonia. Heloísa fica no cargo até que Coutinho reverta a liminar ou que a prefeitura, sócia majoritária, indique um novo presidente. A reportagem não conseguiu contato com a assessoria de imprensa da prefeitura de Londrina ontem.

"A decisão não acolheu o que entendíamos ser o mais adequado. Todavia, é muito importante, porque o afastamento também contribui para evitar malefícios maiores ao processo", afirmou o promotor Cláudio Esteves, que assinou a denúncia sobre a compra de votos.

A situação de Coutinho é semelhante a do vereador Eloir Valença (PHS), que chegou a ser preso. Ele foi libertado, mas a Justiça determinou o afastamento dele da Câmara Municipal. Dos seis denunciados, Valença é o único acusado de corrupção passiva.

A decisão do juiz levou em conta três situações: Coutinho depôs três vezes ao Gaeco acompanhado de advogados da empresa; usou a assessoria de imprensa e o site da Sercomtel para divulgar nota em sua defesa; e a Sercomtel não atendeu de forma adequada os pedidos de interceptação telefônica autorizados pela Justiça. Segundo o MP, outras empresas de telefonia atenderam os pedidos no prazo de dois dias. A Sercomtel levou sete dias, e só implantou os grampos a partir de 26 de abril, dois dias depois que o esquema do mensalão de Londrina veio à tona.

Entenda o caso

Roberto Coutinho teria sacado R\$ 5 mil de sua conta bancária pessoal para o pagamento de propina ao vereador Amauri Cardoso (PSDB). Além dele, foram denunciados o ex-secretário municipal Marco Cito, o diretor da Sercomtel Alysson de Carvalho, o chefe de gabinete do prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT), Rogério Ortega, o vereador afastado Eloir Valença e o ex-funcionário público Ludovico Bonato. Cito e Bonato foram presos em flagrante no dia 24 de abril, ao entregarem R\$ 20 mil ao vereador do PSDB.

Em nota divulgada na terça-feira, Coutinho informou que o empréstimo a Carvalho foi de "natureza particular,

não envolvendo de qualquer forma a empresa". Segundo a nota, os controles financeiros da Sercomtel são rígidos e obedecem a procedimentos transparentes e legais. Coutinho ressaltou ainda que os fatos veiculados, de maneira alguma, abalam ou alteram a operação do Grupo Sercomtel. "Todas as atividades caminham de forma absolutamente normal, sem que seja afetado um só segmento da empresa."

"A decisão não acolheu o que entendíamos ser o mais adequado. Todavia, é muito importante, porque o afastamento também contribui para evitar malefícios maiores ao processo."

Cláudio Esteves, promotor.

17 MAI 2012

GAZETA DO POVO

ENTRELINHAS

Adoção consciente

Em comemoração ao dia 25 de maio – Dia Nacional da Adoção -, o Grupo Adoção Consciente e a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) realizam no sábado, dia 19, às 18h30, o III Encontro Adoção Consciente, em Curitiba. O evento será no auditório do Colégio Divina Providência, localizado na Rua Brasilino Moura. Entre os palestrantes estão a psicóloga Lúcia Weber e o juiz Fábio Ribeiro Brandão. Inscrições: www.adocao-consciente.com.br

JUSTIÇA

Estudante é condenada por ofender nordestinos no Twitter após eleição

! A estudante Mayara Penteado Petruso foi condenada a 1 ano, 5 meses e 15 dias de prisão pelo crime de racismo contra os nordestinos. A ofensa foi cometida pelo Twitter no dia 31 de outubro de 2010, logo após a vitória eleitoral da petista Dilma Rousseff sobre o tucano José Serra. "Nordestino (sic) não é gente. Faça um favor a Sp: mate um nordestino afogado!", escreveu a estudante pela rede social. A pena contra ela foi convertida em prestação de serviço comunitário e pagamento de multa. A decisão foi tomada pela Juíza da 9ª Vara Federal Criminal em São Paulo, Mônica Aparecida Bonavina Camargo. Em sua defesa, Mayara disse que foi motivada pelo resultado das eleições presidenciais.

17 MAI 2012

GAZETA DO POVO

Curitiba tem trimestre menos violento

PAZ TEM VOZ

paiztemvoz.com.br

Casos de homicídio doloso na capital caem 10% no início de 2012. Taxa de assassinatos ficou em 38,8 à cada 100 mil pessoas

■ O número de homicídios dolosos (com intenção de matar) em Curitiba caiu 10% no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período de 2011. Foram 170 assassinatos contra 189, segundo estatísticas divulgadas ontem pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp). Apesar da queda na quantidade absoluta, a taxa de mortes violentas na capital paranaense entre janeiro e março foi quase três vezes maior (38,8 casos a cada 100 mil habitantes) do que a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera como aceitável. Para a OMS, uma taxa superior a 10 por 100 mil configura um estado de "violência epidêmica".

Já a situação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) ficou praticamente estável, com 223 assassinatos entre janeiro e março de 2012 contra 220, em igual período de 2011 — acréscimo de 1,4%. O secretário estadual de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, analisou os dados com otimismo: "Focamos as ações principalmente na capital e na região metropolitana. Sabíamos que não haveria um milagre de uma redução drástica em pouco tempo de atuação, mas os

números de Curitiba indicam que o caminho está se consolidando e refletindo na redução de alguns índices", disse.

No primeiro trimestre de 2012, Curitiba e região concentraram 61% dos homicídios registrados no estado. Os números mostram que de nada adianta atacar os crimes contra a vida na capital se não forem tomadas medidas similares na RMC. O índice por 100 mil habitantes em algumas cidades vizinhas à capital, neste primeiro trimestre, foram muito elevados. Em Fazenda Rio Grande, Pinhais e Piraquara, por exemplo, as taxas chegaram a 127,3, 99,1 e 98,7, respectivamente.

O sociólogo Lindomar Boneti, professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), acredita que a concentração das ações preventivas em Curitiba pode ocasionar uma migração do crime para o entorno da capital, como vem ocorrendo em Brasília e no Rio de Janeiro.

Boneti defende que, junto com a instalação da Unidade Paraná Seguro (UPS), o poder público promova a inclusão da população das periferias nos serviços básicos de assistência. "O método da UPS é interessante [ocupação de áreas dominadas pelo crime], mas tem que ocorrer conjuntamente com ações de saúde, emprego, infraestrutura urbana e educação. Somente a repressão não resolve o problema."

Já o coordenador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pedro Bodê,

acrescenta que é necessário que o Paraná tenha políticas duradouras para a segurança. "O governo deve pensar em políticas a médio e longo prazos e não apenas em políticas localizadas."

O coordenador de Análise e Planejamento Estratégico da Sesp, Elcio Ruscolim, destaca a importância do levantamento estatístico. "Os números indicam como está cada região. Assim é possível realizar um trabalho detalhado para evitar os homicídios, com medidas preventivas e repressivas."

CONTINUA

GAZETA DO POVO

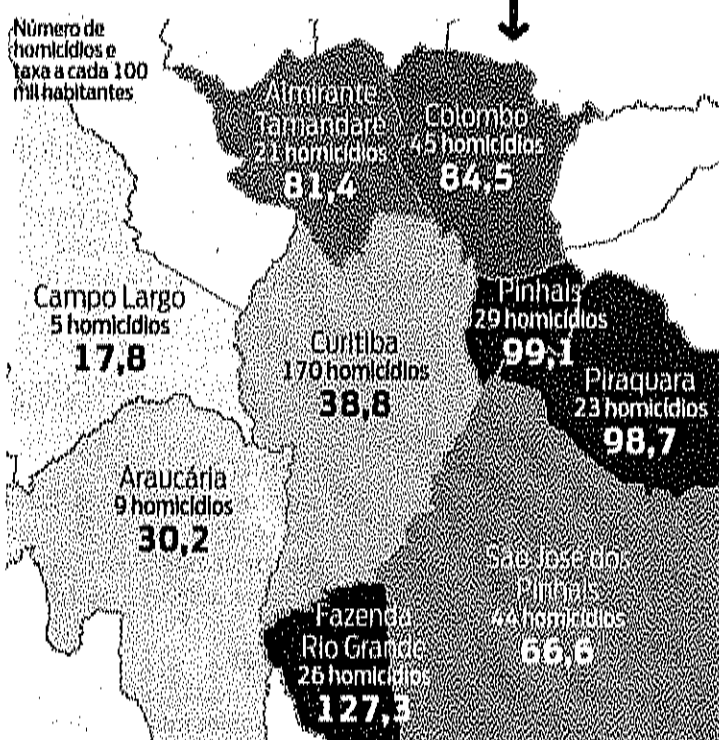
CONTINUAÇÃO

REGIÃO METROPOLITANA

17 MAI 2012

Curitiba teve menos mortes no 1º trimestre deste ano, mas o número de assassinatos nas cidades vizinhas ainda é bastante alto. Acompanhe:

	Paraná	Curitiba	Região Metropolitana	Interior e Litoral
Homicídios no 1º trim. de 2011	803	189	220	394
Homicídios no 1º trim. de 2012	807	170	223	414
Variação	0,5%	-10%	1,4%	5%
Taxa por 100 mil habitantes em 2012	29,5	38,8	59,8	22,0



Demais municípios
21 homicídios
21,7

Adrianópolis, Agudos do Sul, Balsa Nova, Bocaiuva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Magro, Cerro Azul, Contênda, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Mandirituba, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, Tijucas do Sul, Tunas do Paraná.

LIGUE O ALARME

O número de veículos roubados entre janeiro e março cresceu em relação ao mesmo período do ano passado:

		1º trim. 2011	1º trim. 2012	Variação	Média por dia em 2012
Furtos e roubos de veículos	Total Paraná	4.521	4.946	9%	54,4
	Curitiba	1.994	2.374	19%	26,1
	Interior	2.527	2.572	2%	28,3
Veículos recuperados	Total Paraná	2.413	3.144	30%	34,5
	Curitiba	957	1.221	28%	13,4
	Interior	1.456	1.923	32%	21,1

Fonte: Redação, Infografla: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

VIOLÊNCIA

17 MAI 2012

**Paraná teve
29,5 assassinatos a
cada 100 mil moradores
entre janeiro e março**

O estado do Paraná apresentou nos três primeiros meses de 2012 um índice de 29,5 assassinatos a cada 100 mil moradores. Foram mortas intencionalmente 807 pessoas entre janeiro e março contra 803 em igual período do ano passado – alta de 0,5%. No final de 2011, o secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almida César, estipulou metas para redução de homicídios nos próximos quatro anos. Para 2012, o objetivo é diminuir a taxa de assassinatos para 25,8. Até 2015, o índice deve chegar a 21,5.

O secretário disse ontem que é preciso investir na segurança do estado para atingir esse objetivo. "Nós temos que contratar mais policiais e dar melhores condições de trabalho." Segundo ele, serão compradas até o final desse ano mais 1,5 mil viaturas policiais e em maio serão integrados às Polícias Militar e Civil mais 2,7 mil homens. Outra medida citada por César é a implantação de módulos móveis nas regiões com maior índice de criminalidade.

Marginalização

Um dos fatores que pode explicar o elevado índice de violência no Paraná é a marginalização de quem migrou do Interior para os grandes centros urbanos. Segundo o sociólogo Lindomar Boneti, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), o estado passou por um processo de urbanização tardia em comparação com os demais. O resultado é que a população que migrou das zonas rurais para os grandes centros urbanos, segundo ele, continua marginalizada. "Esse processo permanece até hoje. Quando uma população está abandonada, ela fica propensa a se aventurar no crime para sobreviver", opina.

CONTINUA

17 MAI 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Índice de mortes aumenta 5% no interior e litoral

O interior e o litoral do estado tiveram, juntos, um acréscimo de 5% na quantidade de assassinatos registrados no primeiro trimestre de 2012 — 414 contra 394, comparando com o mesmo período do ano passado. Na Área Integrada de Segurança Pública (Aisp) de Paranaguá, que abrange todos os municípios do litoral, o índice de homicídios dobrou — subiu de 11 para 22. A região de Foz do Iguaçu registrou aumento de 53%, passando de 41 para 63. Na Aisp de Londrina, o aumento de assassinatos foi de 143%, saltando de 23 para 56 homicídios.

Segundo o coordenador de Análise e Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, Elcio Fuscolim, não há uma explicação específica para o aumento da criminalidade no interior. "Não tivemos nenhum

evento que propiciasse esse índice maior de assassinatos. Foram casos pontuais", afirma.

Por outro lado, algumas regiões apresentaram uma redução significativa. Na Aisp de Cornélio Procopio houve diminuição de 75% nos homicídios dolosos (20 para 5). Nas regiões de Francisco Beltrão e de Apucarana, a queda foi de 53%. As duas cidades tiveram 15 casos no primeiro trimestre do ano passado contra sete, neste ano. Já a Aisp de Ponta Grossa registrou 16 homicídios no primeiro trimestre deste ano, contra 29 no ano anterior, uma diminuição de 45%.

O secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, informou que irá se reunir com delegados do interior para discutir ações que possam diminuir a criminalidade. "A ideia é conversar com os delegados e comandantes da Polícia Militar e ver as medidas que podem ser tomadas. A redução de assassinatos em algumas localidades serve de estímulo para o nosso trabalho", diz.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

NO ESTADO

CONTINUAÇÃO

17 MAI 2012

Roubo de carros sobe 9,4%, mas recuperação também cresce

Uma média de 54,35 veículos por dia foram roubados no Paraná durante os primeiros três meses deste ano. Ao todo foram 4.946 casos contra 4.521 do mesmo período de 2011, um acréscimo de 9,4%. Em Curitiba, foram roubados 26 veículos por dia neste trimestre – totalizando 2.374 casos. No primeiro trimestre do ano anterior foram

roubados 1.994 veículos na capital, um aumento de 19%. Todavia, o número de veículos recuperados aumentou 30,29% em todo o estado. Foram recuperados 3.144 neste início de ano contra 2.413 do ano passado. "Isso mostra que a polícia está atuando mais rapidamente em prol da comunidade", avalia o coordenador de Análise e Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, Élcio Fuscolim.

Furtos

Ainda de acordo com o relatório da Secretaria da Segurança Pública, os furtos diminuíram em todo o Paraná, contabilizando uma queda de 2,36%. Foram registrados 37.693 casos no primeiro trimestre de 2011 contra 36.802 ocorrências no primeiro trimestre deste ano. Já os casos de roubo tiveram um aumento de 2,92% no período. Foram 14.431 casos neste ano contra 14.022 em 2011.

“Sabíamos que não haveria um milagre de uma redução drástica em pouco tempo de atuação, mas os números de Curitiba indicam que o caminho está se consolidando.”

Reinaldo de Almeida César, secretário de Segurança Pública do Paraná.

CONTINUA

No Sul, só Santa Catarina reduz número de mortes

PAZ TEM VOZ

partemvoz.com.br

Angélica Favretto,
especial para a Gazeta do Povo

A taxa de homicídios no Paraná no primeiro trimestre deste ano (29,5 a cada 100 mil habitantes) foi superior ao registrado em alguns estados das Regiões Sul e Sudeste no mesmo período. Apesar de terem índices superiores ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Rio Grande do Sul (18,47), São Paulo (10,4), Santa Catarina (12) e Rio de Janeiro (27,4) enfrentam uma situação menos grave que o Paraná.

No Sul, Santa Catarina foi o único que conseguiu reduzir a taxa no período analisado — 11%. Foram 188 homicídios até março deste ano contra 211 em 2011. O secretário de Segurança Pública catarinense, César Grubba, disse que a maioria dos homicídios no estado tem ligação com o tráfico de drogas. "Mais de 80% dos casos envolvem o tráfico. Tanto autores quanto vítimas têm antecedentes criminais".

A Secretaria de Segurança do Rio Grande do Sul informou que desde o ano passado trabalha na busca e apreensão de drogas e prisões de lideranças do tráfico. Com isso, a disputa entre gangues teria aumentado, o que fez com que a taxa de homicídios subisse 16% em 2012. Nos primeiros três meses de 2011 foram 413 casos, contra 494 neste ano. Como medida emergencial, o estado criou forças-tarefas na Brigada Militar e na Polícia Civil para atuarem diretamente na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde houve aumento dos homicídios.

Para o sociólogo e coordenador do Centro de Pesquisa de Segurança Pública da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Luis Flávio Saporì, o problema na Região Sul é que a segurança pública atua no gerenciamento das crises e não na raiz do problema de fato. "Os governos têm dificuldades em definir políticas de segurança pública." Ele diz que o programa Unidade Paraná Seguro pode representar uma mudança nesse quadro, mas que é preciso pulso firme do governo.

Sudeste

Após 12 anos de queda no volume de homicídios, São Paulo registrou, no primeiro trimestre deste ano, um aumento de 7% no número de casos em todo o estado. Foram 1.002 assassinatos até março de 2011 contra 1.073 no mesmo período deste ano. Para Guaracy Mingardi, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, ainda é cedo para dizer se esse número se estabilizará e o estado fechará mais um ano com redução nos casos.

"Apesar do esforço, o estado não teve mudanças significativas em sua estrutura do ano passado para cá. Ainda somos uma sociedade desigual. As políticas públicas, por exemplo, por um tempo funcionam e em outras épocas se estabilizam. Nessa hora, os índices de violência tendem a subir. É normal", afirmou.

Já o Rio de Janeiro, que trabalha com as Unidades de Polícia Pacificadora desde 2009, teve redução de 7% nos casos de homicídios. "As UPPs fizeram com que essa redução fosse acelerada, mas não é o único motivador desse bom índice, são vários fatores acumulados nos últimos anos que, somados, contribuem significativamente", analisou Michel Misse, sociólogo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No ano passado foram 1.174 casos no primeiro trimestre e, em 2012, 1.096.

COMPARAÇÃO

A taxa de homicídios paranaense nos três primeiros meses de 2012 foi maior do que a de outros estados:

	Homicídios no 1º trimestre		Variação	Taxa por 100 mil habitantes em 2012
	2011	2012		
Paraná	803	807	▲ 0,5%	29,5
Rio Grande do Sul	413	494	▲ 16%	18,5
São Paulo*	1.002	1.073	▼ -7%	10,4
Santa Catarina	211	188	▼ -11%	12,0
Rio de Janeiro	1.174	1.096	▲ 7%	27,4

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo. * Inclui acidentes de trânsito.

"Ainda somos uma sociedade desigual [em São Paulo]. As políticas públicas, por exemplo, por um tempo funcionam e em outras épocas se estabilizam. Nessa hora, os índices de violência tendem a subir. É normal."

Guaracy Mingardi, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas.

17 MAI 2012

DIREITO JORNAL DO ESTADO

Congresso discute aplicação da "lei da Ficha Limpa"

A nova presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Carmen Lúcia Antunes da Rocha, desembarca em Curitiba amanhã para participar do 3º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, que começa hoje e vai até sábado, no auditório da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Aproximadamente 900 pessoas de vários estados do País são esperadas no evento, que tem na pauta "As Eleições Municipais e a Lei da Ficha Limpa", bem como mais recentes decisões do Supremo Tribunal Federal e do TSE sobre as regras eleitorais que refletem nas eleições deste ano.

Estão confirmadas também participações no congresso dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski e José Antonio Dias Toffoli, além dos magistrados do Tribunal Superior Eleitoral, Marcelo Ribeiro, Henrique Neves, Luciana Lóssio e Gilson Dipp, entre outras autoridades. O evento é uma realização do Instituto Paranaense de Direito Eleitoral (Iprade) e tem a chancela do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral (IBRADE) e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A ministra Carmen Lúcia foi uma das mais fervorosas defensoras da Lei da Ficha Limpa e ressaltou em seu discurso de posse a importância da imprensa livre na construção da democracia ao citar a nova legislação. Em fevereiro, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) garan-

tiram que a Lei da Ficha Limpa tem aplicação imediata, o que significa que poderá produzir efeitos concretos barrando candidaturas já nas eleições municipais de outubro. O julgamento analisou três ações envolvendo as novas regras de inelegibilidade, duas que defendiam a validade total da legislação e uma que questionava a constitucionalidade de se tornar inelegível o profissional condenado administrativamente por entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Medicina (CFM).

Sancionada em 2010, a Lei da Ficha Limpa já havia passado pelo crivo da Suprema Corte, quando no início do ano passado o STF decidiu que as regras de inelegibilidade não poderiam ser aplicadas nas eleições de 2010 por violar o princípio da anualidade eleitoral, que estabelece que a lei que alterar o processo eleitoral não pode se aplicar à eleição que ocorra a menos de um ano da data de sua vigência. Ela foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010.

A legislação prevê que não pode receber registro para disputar cargo eletivo o candidato condenado em decisão colegiada por crimes contra a administração pública, o sistema financeiro, ilícitos eleitorais, de abuso de autoridade, prática de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, tortura, racismo, trabalho escravo ou formação de

quadrilha.

Durante o congresso, serão premiados os três primeiros colocados do 1º Concurso de Artigos "Ministro Sepúlveda Pertence", realizado em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, através do Conselho Editorial da Revista Paraná Eleitoral. O tema do concurso é "Justiça Eleitoral – 80 Anos" e sua importância no processo democrático brasileiro. Os prêmios serão entregues pelo ex-ministro do STF, Sepúlveda Pertence. Os três primeiros lugares serão premiados, sendo o primeiro com R\$ 1.500,00 reais, diploma e publicação do artigo; o segundo com R\$ 750,00 reais, diploma e publicação do artigo; e, para o terceiro, diploma e publicação do artigo.

17 MAI 2012

JORNAL DO ESTADO

RACISMO

Estudante é condenada por comentários no twitter

A Justiça Federal de São Paulo condenou a estudante Mayara Penteado Petruso a 1 ano, 5 meses e 15 dias de prisão pelo crime de racismo. O crime da estudante foi ofender nordestinos por meio da rede social Twitter. A ofensa foi publicada no dia 31 de outubro de 2010, logo após a vitória eleitoral da petista Dilma Rousseff sobre o tucano José Serra. Os maiores índices de votação de Dilma na ocasião foram registrados na região Nordeste.

“Nordestista (sic) não é gente. Faça um favor a Sp: mate um nordestino afogado!”, escreveu a estudante em sua página.

A pena contra ela foi convertida em prestação de serviço comunitário e pagamento de multa. A decisão foi tomada pela juíza da 9ª Vara Federal Criminal em São Paulo, Mônica Aparecida Bonavina Camargo.

Em sua defesa, Mayara admitiu a publicação da men-

sagem e disse que foi motivada pelo resultado das eleições presidenciais.

Ela afirmou que não tinha a intenção de ofender, que não é preconceituosa e que não esperava tamanha repercussão. De acordo com o processo, Mayara disse estar envergonhada e arrependida.

Estudante de direito em uma universidade da capital paulista, Mayara perdeu o emprego em um escritório de advocacia após o episódio. Ela também mudou de cidade e abandonou o curso.

“O que se pode perceber é que a acusada não tinha previsão quanto à repercussão, que sua mensagem poderia ter. Todavia, tal fato não exclui o dolo”, afirma a juíza na decisão.

A juíza estabeleceu a pena abaixo do mínimo legal, já que Mayara sofreu consequências com a infração. “Foram situações extremamente difíceis e graves para uma jovem”, diz Bonavina Camargo.

17 MAI 2012

JORNAL DO ESTADO

EDUCAÇÃO



Projeto incentiva leitura de jornais em escolas

Um projeto de lei proposto pelo deputado estadual Ney Leprevost (PSD) prevê a criação do "Programa de Incentivo a Leitura de Jornais e Revistas em Sala de Aula", como atividade extracurricular nos estabelecimentos de ensino público fundamental e médio no Paraná. A ideia, segundo ele, é oferecer aos estudantes um meio de conhecer melhor a realidade em que estão inseridos, indo além da simples educação formal.

"Na Suécia, Dinamarca e Noruega, 100% dos jornais são utilizados em programas educacionais.

O Japão começou a adotar essa prática em 1989", aponta o deputado. No Brasil, lembra ele, a Associação Nacional de Jornais está incentivando programas do gênero. O MEC começou a introduzir em 1997 os temas transversais nas suas Diretrizes Educacionais, passando a trabalhar assuntos que são diariamente noticiados nos jornais.

"Este projeto vai contribuir para o aumento do hábito da leitura nas instituições de ensino, para melhoria da produção de textos e para o aprimoramento da comunicação individual e em grupo", prevê Leprevost.

Pela proposta, a atividade será realizada de forma multidisciplinar e complementar aos conteúdos programáticos previstos nas disciplinas do currículo escolar. A Secretaria de Educação deverá promover a capacitação dos professores para correta utilização e melhor aproveitamento dos jornais e revistas em sala de aula, como instrumento mediador de informação e de aproximação dos conteúdos escolares do cotidiano dos alunos, conhecimento e análise crítica da realidade social.

Além disso, as escolas de ensino fundamental e médio receberão, diariamente, pelo menos um gênero de jornal local ou regional, e mensalmente um gênero de revista de amplitude nacional.

17 MAI 2012
TRIBUNA DO PARANÁ

Falsificação

O Tribunal de Justiça condenou a medidas restritivas de direito uma mulher que falsificou e usou cartão-transporte da Urbs que pertencia a uma usuária com direito a isenção. Ela foi punida pelos crimes de falsificação de documento público e uso de documento falso.

17 MAI 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Testemunha adia julgamento

O júri de Eliandro Luiz Marconini, um dos vigilantes da Centronic, acusados da morte do estudante Bruno Strobel Coelho Santos, ocorrido em 2007, foi adiado para segunda-feira. O adiamento se deu porque duas testemunhas, arroladas pelo Ministério Público, não foram localizadas para serem intimadas.

Uma das testemunhas, explicou o advogado Nilton Ribeiro, que defende Eliandro, era um vigilante da Centronic que havia acabado de começar a trabalhar na empresa e denunciou o crime à polícia. A juíza Inês Zarpelon considerou importante a presença desta testemunha no júri e solicitou que a polícia a intimasse.

Eliandro é o terceiro vigilante acusado do crime que vai a julgamento. Em 2010, já foram condenados Marlon Balem Janke e Douglas Rodrigo Sampaio Rodrigues. O júri de Ricardo Cordeiro Reysel também deveria ter ocorrido, mas foi adiado sem previsão para acontecer novamente.

Pichação

Bruno, filho do jornalista Vinícius Coelho, foi flagrado pichando o muro de uma clínica no Alto da XV, em 2 de outubro de 2007. Os vigilantes da Centronic torturaram o rapaz e o executaram em um matagal de Almirante Tamandaré. Marlon teria sido o atirador.

O advogado de Eliandro irá pedir a inocência de seu cliente, alegando que no momento que Marlon atirava no estudante, Eliandro manobrava o carro da empresa e não sabia das intenções de seu colega de trabalho.

17 MAI 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Advogado não aceita júri do Morro do Boi

Edilson Pereira

O advogado Cláudio Dalledone Júnior que defende os policiais incriminados no caso do Morro do Boi, insiste na tese da periculosidade de Paulo Unfried, preso como autor do crime ocorrido em janeiro de 2009, em que morreu o estudante Osiris Del Corso, 22 anos, e que deixou paraplégica a também estudante Monik Pegorari de Lima, então com 23 anos. A teoria do advogado é que há elementos antecedentes e da época do crime que demonstram o comportamento criminoso de Unfried.

O advogado elenca, entre eles, um episódio ocorrido no Balneário Carmery, em Pontal do Paraná, em 15 de janeiro de 2009. Unfried, num Gol vermelho, teria invadido uma residência, promovido roubo e barbarizado moradores. Além disso, Unfried teria antecedentes de roubo e estupro na região de Medianeira. Segundo o advogado, Unfried violentou uma moça na frente de seu noivo e foi encaminhado para cumprir medidas socioeducativas. Após este período, e principalmente depois da morte de um irmão, que teria se suicidado, Unfried teria ido para o litoral do Paraná. Até recentemente, ainda de acordo com o advogado, pesaria contra Unfried a suspeita de violência sexual contra menor.

Precipitação

Dalledone alega que haveria indícios capazes de levarem os policiais a prender Unfried e responsabilizá-lo pelo crime no Morro do Boi, iniciativa que beneficiaria Juarez Ferreira Pinto, irmão de Altair Ferreira Pinto, o



Dalledone: "erro judiciário".

Tafco, ex-superintendente da delegacia de São José dos Pinhais. Dalledone alega que houve precipitação do Ministério Público no caso e que "o MP escondeu uma testemunha". "Paulo é um dos maiores criminosos em série do Paraná", diz ele. O advogado faz críticas à promotora Carolina Dias Aidar de Oliveira e usa expressões como "erro judiciário" e "reviravolta" para o caso.

Vítima

Por outro lado, de João Pessoa, onde está em tratamento intensivo para recuperar movimentos das pernas, Monik, que reconheceu Juarez como autor do crime, também entrou em contato com a **Tribuna**, para confirmar o teor da reportagem. Ela voltou a elogiar a atuação dos delegados Luiz Alberto Cartaxo, que conduziu as investigações, e José Antônio Zuba Oliva, então delegado em Pontal do Paraná. "Eles foram corretos e não tentaram me intimidar", disse. Monik elogiou também a iniciativa da **Tribuna** em voltar ao caso "para que este crime não seja esquecido".

17 MAI 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Congresso de Direito Eleitoral debate Ficha Limpa

Começa hoje (17) e vai até sábado (19), o 3º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral que acontece no auditório Mário de Marí, da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep). O evento terá a presença de várias autoridades no assunto, entre elas, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carmen Lúcia Antunes da Rocha; os ministros do TSE, Marcelo Ribeiro, Henrique Neves e Luciana Lóssio; o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski; e o ex-presidente do TSE e STF, José Paulo Sepúlveda Pertence. Vários temas que envolvem as eleições deste ano serão debatidos no evento.

Entre os temas estão direitos fundamentais e a Lei da Ficha Limpa, partidos políticos e o controle pela justiça eleitoral, financiamento de campanha e propaganda eleitoral.



Carmen Lúcia Antunes da Rocha, presidente do TSE, estará presente no evento.

Ministro do STF é homenageado em Curitiba

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski estará em Curitiba nesta sexta-feira (18 de maio), para participar de conferência especial no 3º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, às 11 horas, no auditório Mário de Marí, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Antes da conferência, às 10h30, também no auditório da Fiep, Lewandowski recebe o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, da Assembleia Legislativa. Os propositores do título foram o presidente da Assembleia Legislativa Valdir Rossoni; o 1º secretário Plauto Miró e o 2º secretário Reni Pereira.

17 MAI 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Julgamento de envolvido no caso Bruno Strobel é adiado

O julgamento de Eliandro Luiz Marconcini, um dos funcionários da empresa de segurança Centronic, acusado de envolvimento na morte do estudante Bruno Strobel Coelho Santos, em 2007, marcado para ontem (16), foi adiado para a próxima segunda-feira (21). Isso porque uma das testemunhas, fundamentais para a audiência, não compareceu. Pelo mesmo motivo, o julgamento já havia sido adiado no mês passado. Outros dois acusados já foram julgados e condenados a prisão, outro teve o julgamento adiado e deve ter o futuro definido em junho deste ano. Os réus são julgados separadamente.

17 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Ética nos hospitais

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a liminar que impede hospitais públicos paulistas gerenciados por organizações sociais (OSs) de reservar até 25% de seus leitos para pacientes com planos de saúde, o que caracteriza a chamada dupla porta.

A palavra final da Justiça paulista virá apenas quando for julgado o mérito da ação, o que não tem data certa para ocorrer. Por se tratar de uma definição importante para o sistema, seria bom que os magistrados fossem céleres.

A discussão da dupla porta é particularmente relevante. Defensores e adversários da ideia apresentam argumentos sólidos. Abraçar uma conclusão depende de definir qual o tipo de ética que deve orientar a ação do poder público.

Para os apoiadores da medida, ela injeta dinheiro privado na rede pública, o que permitiria a ampliação do atendimento aos mais pobres e a melhoria dos serviços.

Os críticos alertam que ela leva a uma divisão antirrepublicana entre pacientes ricos (com plano) e pobres (os do SUS). Embora o governo paulista diga que isso não ocorreria, pois o decreto que autoriza a reserva de leitos veda o tratamento diferenciado, sabe-se que, na prática, não é bem assim.

De fato, se os hospitais geridos

por OSs quiserem atrair os planos de saúde, precisarão atender seus segurados em prazos relativamente curtos. Ao menos comparáveis aos da rede privada, o que significa que esses pacientes passariam à frente dos usuários do SUS. Se os gestores não o fizerem, não trarão novos recursos para o sistema, o que anula o propósito da medida.

É preciso, assim, hierarquizar os objetivos. Se o tratamento igualitário vier primeiro, como convém a instituições republicanas e à ética baseada em princípios, a distorção da dupla porta é inaceitável.

Se, no entanto, for privilegiado o atendimento ao maior número possível de pessoas e com mais qualidade, deve-se adotar a ética utilitarista e aceitar a lógica de que é preciso buscar novas fontes de recursos —sem, porém, prejudicar a população mais carente.

Vale destacar que, na saúde pública, a mera não ampliação dos serviços já implica cortar o acesso de pessoas a tratamento. A diferença é simplesmente que, neste caso, não se explicitam as escolhas sobre quem o sistema atende e quem fica fora dele.

As decisões difíceis são varridas para baixo da fila única e à primeira vista mais republicana. Essa vem sendo a opção confortável de muitas administrações.

17 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Comissão de juristas pede imunidade para jornalistas

Profissional de imprensa seria equiparado
aos críticos literários, de arte e ciência

A comissão de juristas criada pelo Senado para atualizar o Código Penal aprovou uma imunidade para os jornalistas não serem punidos ao fazer críticas: o jornalista poderá emitir "opinião desfavorável" sem ser condenado por injúria ou difamação.

A proposta coloca a imprensa junto a críticos literários, de arte e ciência, que já têm essa mesma imunidade.

No debate na comissão, ocorrido em março, chegou-se a levantar que a proposta poderia ser uma carta branca para ataques pessoais. Mas o texto acabou aprovado por acordo, após a ressalva de que poderá haver crime "quando inequívoca a intenção de injuriar ou difamar".

"Nesses casos o ônus da prova fica invertido: quem se diz ofendido é que terá que provar na Justiça que aquela crítica não é jornalística, que há outra motivação de má-fé", afirma o desembargador José Mulhões Piñeiro, integrante da comissão.

O relator do grupo de juristas, procurador Luiz Carlos Gonçalves, disse que "a liberdade de imprensa compreende inclusive o direito de fazer uma manifestação crítica". Após a conclusão dos trabalhos do grupo, formado por 17 especialistas, a proposta para atualizar o Código Penal será entregue ao Senado, que iniciará a discussão do texto.

17 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Contagem regressiva

Começaram a desaguar esta semana no STF memoriais do processo do mensalão, encaminhados por advogados dos réus. Como o documento comumente é entregue às vésperas dos julgamentos para, nas palavras de especialistas, “deixar a defesa mais fresca na memória dos juízes”, a movimentação fez crescer entre os ministros a expectativa de que Ricardo Lewandowski, responsável pela revisão do processo, entregue seu relatório até o fim da próxima semana.

A ansiedade aumentou depois do presidente Ayres Britto agendar para terça-feira nova sessão administrativa para discutir a logística do julgamento.

Vips Os advogados dos protagonistas do mensalão, no entanto, só pretendem entregar suas peças quando o STF definir a data do julgamento. Assim, esperam que os ministros deem atenção total aos seus argumentos.

17 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

Grupo de Cachoeira vai ao STF para evitar depoimento

Seis dos oito auxiliares de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, vão recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal) para não depor à CPI que investiga os negócios do empresário no Congresso, o que pode ajudar no esvaziamento da comissão.

Nesta semana, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Celso de Mello impediu liminarmente que Cachoeira fosse ouvido, acatando argumento da defesa de que ele não tinha tido acesso ao material sobre ele em poder da comissão.

O argumento dos demais convocados será o mesmo do advogado de Cachoeira, o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos: o de falta de acesso às provas. Eles também dirão que seus clientes ainda não foram ouvidos pela Justiça.

Para tentar evitar que os trabalhos se paralise, a CPI já decidiu liberar acesso aos advogados. Isso, porém, não garante que a Justiça não irá acatar os outros argumentos das defesas.

A CPI já aprovou os depoimentos dos oito auxiliares de Cachoeira. "Se concederem vista dos autos vamos apresentar um habeas corpus no Supremo para que ele possa vir à CPI mas ficar em silêncio", adiantou Leonardo Gagno, advogado de Idalberto Araújo, o Dadá, que seria, segundo a Polícia Federal, o arapongá do grupo.

"Não vejo motivo para ele ir à CPI. Primeiro porque ele já está respondendo na Justiça e segundo porque também não tive acesso a todos os autos", afirmou Roberto Pagliuso, advogado de Claudio Abreu, ex-diretor da empreiteira Delta no Centro Oeste.

O advogado de Lenine Araujo, braço direito de Cachoeira, tem o mesmo argumento. "Não podemos dar um depoimento antes de responder perante o delegado."

FOLHA DE S. PAULO

Estudante de direito é condenada por ofensa a nordestinos no Twitter

17 MAI 2012

DE SÃO PAULO - A Justiça Federal de São Paulo condenou a estudante Mayara Penteado Petruso a 1 ano, 5 meses e 15 dias de prisão pelo crime de racismo.

Ela ofendeu nordestinos por meio do Twitter no dia 31 de outubro de 2010, logo após a vitória eleitoral de Dilma Rousseff sobre José Serra.

"Nordestisto (sic) não é gente. Faça um favor a Sp: mate um nordestino afogadol", escreveu a estudante.

Os maiores índices de votação de Dilma foram registrados na região Nordeste.

A pena contra a estudante foi convertida em prestação

de serviço comunitário e pagamento de multa.

A decisão foi tomada pela juíza da 9ª Vara Federal Criminal em São Paulo, Mônica Aparecida Bonavina Camargo. Cabe recurso.

De acordo com a ação, Mayara disse que não tinha a intenção de ofender, que não é preconceituosa e que não esperava a repercussão. Ela declarou que está envergonhada e arrependida.

Estudante de direito, Mayara perdeu o emprego após o episódio.

A reportagem ligou para o advogado dela ontem, mas não foi atendida.

Promotoria do Rio denuncia Thor por atropelamento

DO RIO - O Ministério Público do Rio denunciou ontem à Justiça Thor Batista, filho do empresário Elke Batista, sob acusação de homicídio culposo.

Requeru também, por medida cautelar, a imediata suspensão de seu direito de dirigir.

Thor atropelou e matou o ciclista Wanderson Pereira dos Santos, em 17 de março, na rodovia Washington Luís. Segundo laudo pericial, ele dirigia a 135 km/h. A velocidade máxima no trecho é de 110 km/h.

O ciclista também foi considerado culpado, já que exame detectou que ele havia ingerido grande quantidade de álcool.

Os advogados de Thor disseram que consideram que o processo penal é um equívoco e que comprovarão a inocência do acusado.

MÔNICA BERGAMO

ALBUM DE FAMÍLIA 1

A viúva de Nelson Rodrigues, Elza Bretanha, 94, conseguiu uma vitória na Justiça: o desembargador Nagib Slaibi, da 6ª Câmara Cível do Rio, suspendeu os efeitos da decisão que a impedia de receber 50% do dinheiro pago pela Nova Fronteira pela renovação do direito de publicação das obras de Nelson.

ALBUM DE FAMÍLIA 2

O processo que impedia Elza de receber o valor (estimado em R\$ 200 mil) foi movido por Sônia e Maria Lucia Rodrigues, filhas de Nelson com outra mulher, que disputam na Justiça os direitos da viúva sobre o patrimônio intelectual do autor.

17 MAI 2012

METRO

Comissão vai !!! jogar luz sobre história sombria

● Posse dos 7 encarregados de apurar crimes cometidos durante a ditadura teve a presença de 4 ex-presidentes

O capítulo mais obscuro da história brasileira moderna, será trazido à luz a partir de hoje. Em linha com 40 países que tiveram experiências com ditaduras, o Brasil tem agora uma Comissão da Verdade, responsável por investigar, nos próximos dois anos, a violação de direitos humanos entre 1946 e 1988. O foco, porém, dificilmente deixará de ser a ditadura militar de 1964 a 1985.

A cerimônia de posse dos sete integrantes, realizada ontem, no Palácio do Planalto, contou com a presença de todos os ex-presidentes da República vivos. "Não nos move o revanchismo, o ódio ou a vontade de reescrever a história, mas a vontade imperiosa de conhecer a verdade sem vetos e sem proibição", discursou, emocionada, a presidente Dilma Rousseff.

Ainda que tardio, o esforço do Brasil em busca da verdade 24 anos depois da promulgação da atual Constituição foi celebrado por organismos internacionais. "Vai ajudar toda a sociedade brasileira a entender melhor seu passado e olhar o futuro como uma garantia contra grandes abusos", dizia a carta enviada ao governo pelo Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos na América Latina.

Em 2010, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres na Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre 1972 e 1974.

A apuração do passado encontra resistências no meio militar. Os comandantes das Forças Armadas estavam na plateia, mas evitaram emitir qualquer opinião sobre os trabalhos. "Acho muito bom", respondeu laconicamente o comandante do Exército, general Enzo Peró.

O temor é que a conclusão dos trabalhos resulte em responsabilização e até na prisão de ex-oficiais. A Comissão, contudo, já adiantou que nenhum agente do Estado ou da luta armada corre o risco de ser processado. Estaria abrangido pela Lei de Anistia, que proíbe a punição de crimes cometidos durante a ditadura militar.

Os sete integrantes da comissão são: Dipp; o advogado e ex-ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, José Carlos Dias; a advogada Rosa Maria Cardozo da Cunha; o ex-procurador-geral da República Claudio Fonteles; o diplomata Paulo Sérgio Pinheiro; a psicanalista Maria Rita Khel; e advogado e escritor José Paulo Cavalcanti Filho.

17 MAI 2012

METRO

Julgamento por Strobel é adiado

Uma testemunha não compareceu, ontem, ao julgamento de Eliandro Luiz Marconcini, o último dos funcionários da empresa Centronic a ser acusado pela morte de Bruno Strobel, em 2007. Agora o júri só vai acontecer na próxima semana. O homicídio já teve dois condenados, que teriam matado o rapaz por medo de que ele denunciase uma tortura. ● METRO

CONJUR

STJ concede Habeas Corpus a homem que furtou livros

17 MAI 2012

O Superior Tribunal de Justiça concedeu Habeas Corpus a um homem que furtou e revendeu três livros avaliados em R\$ 119, em São Paulo. Para o ministro relator do caso, Og Fernandes, a ação teve ofensividade mínima e cabe a aplicação do princípio da insignificância.

O réu, que estava sob liberdade condicional por outras condenações de furto, confessou que pegou três obras de uma livraria localizada numa estação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Os livros foram revendidos na praça da Sé por R\$ 8 cada. Entre os títulos constava uma edição da série Harry Potter.

Em primeira instância, o homem foi absolvido. O Ministério Público se mostrou inconformado e apelou. O Tribunal de Justiça de São Paulo reformou a decisão para que a ação penal pudesse continuar.

Insatisfeita, a defesa recorreu ao STJ. Pediu, por meio de Habeas Corpus, que a denúncia oferecida pelo MP fosse rejeitada ou o homem absolvido. Alegava atipicidade no caso e constrangimento ilegal, por não ter sido aplicado o princípio da insignificância.

“Não há como deixar de reconhecer a mínima ofensividade do comportamento do paciente”, afirmou o ministro Og Fernandes, reconhecendo a atipicidade da conduta. Para ele, pela aplicação do princípio da insignificância justifica-se a concessão do Habeas Corpus.

Para enfatizar a decisão, o relator mencionou precedente de 2004 do Supremo Tribunal Federal (STF). Na decisão, foi reconhecida a aplicação do princípio da insignificância quando quem comete a ação não oferece ofensividade ou perigo social. Ou, ainda, quando o comportamento indica “o reduzidíssimo grau de reprovabilidade” e apresenta “inexpressividade da lesão jurídica provocada” (HC 84.412/STF).

Por unanimidade, a 6ª Tuma do STJ concedeu Habeas Corpus ao homem, restabelecendo assim a decisão de primeiro grau que o absolveu. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

HC 234802

CONJUR

Nassif e iG não devem indenizar ex-redator da *Veja*

17 MAI 2012

O jornalista Luis Nassif e o portal iG não devem mais indenizar, por danos morais, o também jornalista e escritor Mario Sabino, ex-redator-chefe da revista *Veja*. Na segunda-feira (14/5), a ministra Isabel Gallotti, da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, confirmou decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que não reconheceu a existência dos alegados danos morais.

Em primeira instância, Nassif e a Internet Group do Brasil Ltda. foram condenados a pagar cem salários mínimos pela publicação, em um *blog* do jornalista, de uma série de artigos supostamente ofensivos sobre o então redator-chefe da revista. A decisão foi revertida pelo TJ-SP, que considerou as alegações de Mario Sabino improcedentes. De acordo com os desembargadores, o “teor crítico é próprio da atividade do articulista”.

Segundo os desembargadores, “todos os comentários limitam-se a criticar não a pessoa do demandante Mario Sabino, mas sim a sua atuação profissional como redator-chefe da revista objeto da crítica”. Para a corte estadual, “tudo indica haja sido ferida mera suscetibilidade do demandante, o que nem de longe traduz dano”.

Sabino apresentou então Recurso Especial para o STJ, que não foi provido em exame prévio pelo TJ-SP. Foi aí que o jornalista entrou com Agravo, insistindo que o caso fosse analisado na instância superior.

A relatora, ministra Isabel Gallotti, afastou a tese da defesa de omissão ou falta de fundamentação na decisão do TJ-SP. “Não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento”, disse ela.

Como regra, a reanálise das provas não é admitida. Por isso, a suposta violação dos dispositivos não foi analisada. A ministra entendeu que a análise das provas, no contexto das críticas feitas à revista semanal, levou o tribunal paulista a concluir – nas palavras do próprio acórdão – que “não se evidencia qualquer intuito ofensivo de caráter pessoal nos comentários, ainda que por vezes contundentes”. *Com informações da Assessoria de Comunicação do STJ.*

AREsp: 100409

CONJUR 17 MAI 2012

Polícia Militar pode fazer escutas telefônicas

A Polícia Militar de Minas Gerais tem legitimidade para fazer escutas telefônicas judicialmente autorizadas — tarefa usualmente executada pelas polícias civis. O reconhecimento da competência aconteceu, na terça-feira (15/5), pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal. De acordo com o ministro Ricardo Lewandowski, o julgamento desse processo deverá tornar-se *leading case* para julgamentos semelhantes futuramente pela turma.

O entendimento foi tomado no curso de um Habeas Corpus, no qual o paciente responde, em Ação Penal, pela prática de rufianismo e favorecimento da prostituição de crianças e adolescentes. Por meio do remédio constitucional, ele pediu a suspensão do processo. Alegou nulidade de provas obtidas contra ele mediante escutas telefônicas feitas pelo comando da PM mineira em Lagoa da Prata.

Segundo o ministro Gilmar Mendes, o juiz de Lagoa da Prata informou que, ao autorizar as escutas telefônicas pedidas pelo Ministério Público mineiro em atendimento a ofício que lhe foi dirigido pela PM-MG, atribuiu a escuta à própria PM, diante de indícios de envolvimento de policiais civis da localidade com a prática criminosa atribuída ao réu.

Assim, como explicou o relator do Habeas Corpus, as escutas foram feitas dentro dos pressupostos previstos na Lei 9.296, de 1996, que regulamenta o assunto. Além disso, apontou, o juiz, em decisão fundamentada, mostrou os motivos singulares por que incumbiu o comando da PM mineira em Lagoa da Prata a cumprir essa determinação, atribuída pela Lei 9.296 à “autoridade policial”, subentendido, aí, tratar-se da Polícia Civil.

Para Gilmar Mendes, a decisão do juiz de primeira instância foi “mais que razoável, uma vez que a Polícia Civil poderia frustrar a empreitada”. *Com informações da Assessoria de Comunicação do STF.*

HC: 96986